

CÂMARA TÉCNICA DE COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS
CTCOB
ATA DA 52ª REUNIÃO

6Data: 26 de setembro de 2007

7Local: SRHU – Brasília

9PARTICIPANTES:

- 11 ● Ministério do Meio Ambiente-MMA-SRH: Rodrigo Speziali de Carvalho
 12 (rodrigo.carvalho@mma.gov.br)
- 13 ● Ministério do Meio Ambiente-MMA-ANA: Rodrigo Flecha (rodrigof@ana.gov.br)
- 14 ● Ministério da Agricultura-MAPA: Eduardo Cadavid (educa@sede.embrapa)
- 15 ● Ministério das Cidades: Norma Lúcia de Carvalho- (norma.carvalho@cidades.gov.br)
- 16 ● Ministério das Minas e Energia: Conselheiro- Gualter Carvalho Mendes- Conselheiro-
 17 (gualtermendes@mme.gov.br)
- 18 ● Ministério da Integração Nacional- Paulo Roberto Soares Junior-
 19 (paulorsjunior@yahoo.com.br)
- 20 ● Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos- Espírito Santo/Minas Gerais- Sergio Gustavo
 21 Rezende Leal- (sergio.leal@igam.mg.gov.br)
- 22 ● Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos- Paraná/Mato Grosso- Eneas Souza Machado-
 23 (eneasmachado@suderhsa.pr.gov.br)
- 24 ● Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos- SP/RJ- Laura Stela Naliato Perez-
 25 (laurap@cetesbnet.sp.gov.br)
- 26 ● Usuário/Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Valeria Almeida Lopes
 27 de Faria- (vfaria@cemig.com.br)
- 28 ● Irrigantes- Lincoln Correa Curado- (lincolncurado@terra.com.br)
- 29 ● Usuário/Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento
 30 Sanitário: José Lavrador- (jlavrador@sabesp.com.br)
- 31 ● Usuário/Setor Pescadores e Usuários de Água para Lazer e Turismo: Wilson de
 32 Azevedo Filho- (azevedo@hotmial.com)
- 33 ● Usuário/Indústria: Elisa Romano- (edezolt@cni.org.br)
- 34 ● Comitês de Bacias Hidrográficas- Luiz Roberto Moretti- (lmoretti@sp.gov.br)
- 35 ● Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Francisco Carlos
 36 Castro Lahós- (francisco@agua.org.br)
- 37 ● Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa: Jaildo Santos Pereira- (jaildo@yahoo.com)

39DEMAIS PRESENTES:

- 41 ● Carlos Cesar Rocha- MP/SOF- (carlos. Rocha@planejamento.gov.br)
- 42 ● Luiz Fernando de Arruda Gonçalves- COPEL- luiz.goncalves@copel.com
- 43 ● Christian André Haddad Govastki- (MME)-(christian.gowastki@mma.gov.br)
- 44 ● Eliane Barbosa- AGEVAP- (ebarbosa@ceivap.org.br)
- 45 ● Hubert Brante Moraes- AESBE- (assessoria@aesbe.org.br)
- 46 ● Dalto Favero Brochi- Conselheiro- Consorcio PCJ- (dalto.favero@agua.org.br)
- 47 ● Rossana Gasparini- ELABORE- (rossana.gasparini@elabore.com.br)
- 48 ● Roberto Carneiro de Moraes- ANA- (roberto@ana.gov.br)
- 49 ● Maria Aparecida B. P. Varags- CEIVAP- (vargasma@terra.com.br)
- 50 ● Claudia H. Siqueira Fonseca- DAEE- (bmr@daee.sp.gov.br)

- 51 ● João Climaco- Conselheiro- FONASC- (climaco@uai.com.br)
52 ● Hendrick L. Mansur- AGEVAP- (hlmansur@ceivap.org.br)

53
54

55 ▪ **RELATORIA:**

56
57

58 ▪ **Ednaldo Mesquita Carvalho** - SRU/MMA - Tel.: (61) 3410-2082

59 (ednaldo.mesquita@mma.gov.br)

60
61

62 **ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

63

64 No dia 27 de setembro do ano dois mil e sete, com início às 9h30, a Câmara Técnica de
65 Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos - CTCOB do Conselho Nacional de Recursos Hídricos
66 - CNRH realizou sua 52.ª reunião em Brasília, convocada há doze dias, tendo como presidente, o
67 **Sr. Rodrigo Speziali de Carvalho (SRHU/MMA)** e como relator, o senhor **Ednaldo**
68 **Mesquita Carvalho, (SRHU/MMA)** com a presença de 17 dos seus membros e 12 convidados.
69 **Item 1 – Eleição do presidente da CTCOB** – Coube ao relator da CTCOB, **Sr. Ednaldo M.**
70 **Carvalho**, coordenar o processo para eleição do presidente da CTCOB para um mandato de 1
71 ano. Inicialmente, o Relator fez menção à resolução do CNRH nº 21 de 14/03/2002 que instituiu
72 a CT, bem como suas atribuições, leu ainda o artigo 27 do regimento interno do CNRH que
73 estabelece os procedimentos para a eleição do presidente. Citando evento recente, realizado na
74 ANA, no qual o Consultor Francisco Lobato mencionou, em avaliação sobre os 10 anos da Lei
75 9.433, que o custo de transação para a implementação da Política de Recursos por parte do
76 CNRH e suas Câmaras Técnicas está alto, comentou o relator: A CTCOB realizou 52 reuniões
77 até aquela data. Neste período encaminhou para a plenária do CNRH 7 resoluções e 3 moções,
78 todas fundamentais para o avanço da implementação da Política mencionada. Foram também
79 realizados três seminários, abordando temas atuais e foram dinamizados 15 grupos de trabalho.
80 Diante desta conjuntura, entende o relator que a CT tem cumprido seu papel, dando retorno à
81 sociedade dos recursos despendidos para aquela finalidade. Retornando ao processo de eleição
82 do novo presidente da CTCOB, o **Sr. Jaildo S. Pereira- Organizações Técnicas** - sugeriu, em
83 nome da ABRH, a recondução do Sr. Rodrigo Speziali para mais um mandato de 1 ano, alegando
84 a necessidade de maior período de tempo para concluir todo o Plano de Ação previsto pela CT.
85 Enaltecendo a importância da CTCOB e o seu amadurecimento ao longo dos anos, o
86 **Conselheiro Gualter de Carvalho - MME** deu o seu apoio à recondução do atual presidente da
87 CTCOB para mais um período. **Sr. Francisco Lahós- Consórcios**, da mesma forma, apoiou a
88 recondução do Sr. Rodrigo Speziali e ainda ponderou sobre a importância do desenvolvimento
89 do Plano de Ação da CT com as prioridades a serem aprofundadas. Convidou a todos para
90 internalizarem nos seus setores aqueles pontos, para assim vir a obter opiniões representativas, o
91 momento é de reflexão. O **Sr. Eneas S. Machado - Conselhos Estaduais PR/MT** apoiou a
92 recondução, mas lembrou sobre a possibilidade e importância do rodízio da presidência da CT
93 entre os diversos setores ali representados. O **Sr. José Lavrador - Prestadoras-AESBE** também
94 apoiou a recondução. Em seguida, o Representante da ANA – Rodrigo Flexa retomou a
95 discussão sobre o custo de transação do CNRH e suas Cts. Disse que o assunto foi abordado por
96 ele com o Secretário Luciano Zica. Reconhece a importância das Cts, mas acha que estas devem
97 elaborar sua pauta de trabalho a ser aprovada pelo CNRH. Entende que as Cts não são
98 independentes e que o CNRH é que deve estabelecer e aprovar as pautas e fixar resultados a
99 serem alcançados. Em seguida, citou o CEIVAP que está no momento reestruturando suas Cts e
100 reduzindo seu número. Como exemplo, comentou que as resoluções do CONAMA, quando
101 aprovadas e publicadas, têm repercussão nacional, o mesmo não acontece com as resoluções do
102 CNRH que no mínimo deveriam se enxergadas pelos CERH. Sobre a eleição para presidente da

103CT, disse que a ANA apoiava a recondução do atual presidente. Os demais membros presentes
104na reunião **Senhores Lincoln C. Curado - Irrigantes, Wilson Azevedo- Lazer e Turismo,**
105**Luiz R. Moretti - Comitês e Eduardo Cadavid - MARA, e Sérgio Gustavo Leal – CERH -**
106**MG/ES e Senhora Valéria A.Faria - Concessionárias** deram seu apoio à recondução do atual
107presidente. Encerradas as manifestações, coube ao **Sr. Rodrigo Speziali - MMA/SRHU**
108agradecer a todos pelo apoio e indicação do seu nome para continuar por mais um período na
109presidência da CT que, por outro lado, já tinha a anuência da SRHU. Em seguida, manifestou
110apoio à sugestão do rodízio dos diversos setores à frente da CTCOB, desde que feitos a cada dois
111anos. Como desafios, ratificou o elenco de prioridades contidas no Plano de Ação da CT, o qual,
112proximamente, será apresentado em plenária do CNRH e deverá ser estendido às demais Cts.
113Como temas que merecem destaque elencou: - ações para descontinuação dos recursos da
114cobrança.- Potencialidade dos recursos da cobrança, alavancagem de recursos.- Discussões e
115interações junto ao CTHIDRO.- Sustentabilidade econômica do sistema.-
116descontinuação.- Banco de informações e referência a serem inseridos em site sobre a
117cobrança.- Equacionamento das questões de cobrança pelo uso da água que envolvem as PCHs.
118**O Sr. Eduardo Cadavid - MARA** ponderou que os indicadores de sustentabilidade da cobrança
119deveriam ser também lembrados. Aproveitou para pedir espaço na próxima reunião da CT para
120que ele apresentasse parcialmente os estudos que já possuía sobre o tema, graças às contribuições
121que recebeu de vários colegas. Retomando os trabalhos, o presidente da CT solicitou inversão de
122pauta para facilitar o retorno dos representantes dos Comitês CEIVAP e PCJ às suas cidades.
123**Item 3 - Ação prioritária do Plano Anual CTCOB - Reforço das Garantias do Retorno dos**
124**Recursos da Cobrança Pelo Uso da Água / Marco Regulatório (segurança jurídica) da**
125**Cobrança (fonte 116); Proposta de antecipação dos recursos da cobrança pelo uso da água**
126**para acelerar o processo de despoluição nas bacias hidrográficas a visão dos comitês CEIVAP**
127**e PCJ.-** O Sr. Rodrigo Speziali introduziu o tema, rememorando o que já havia acontecido no
128âmbito da CT e fora dela. Foi dito, inclusive, que a SRHU e ANA já haviam promovido
129contatos com diversos agentes financeiros como o BNDES, Grupo SANTANDER, e CEF, este
130último, demonstrou maior interesse. Estiveram, inclusive, na última reunião da CT, apresentando
131sua estratégia na busca de alternativas para atendimento do pleito. Informou que há previsão e
132possibilidade de vir a ser assinado um convênio de cooperação técnica, envolvendo a SRHU,
133ANA e a própria CEF. Em seguida, passou a palavra para os representantes dos dois comitês
134presentes à reunião, Sr. Luiz R. Moretti e Sra. Maria Aparecida Vargas, ambos secretários
135executivos. **Sr. Luiz R. Moretti - Comitês** informou que, de longa data, este assunto é tema no
136âmbito do comitê, era um sonho a antecipação dos recursos da cobrança, para agilizar as
137intervenções na bacia. Tentava-se buscar um caminho para acelerar as obras na região e assim
138melhorar a qualidade das águas na bacia. Mencionou que em 2006 foi constituída uma comitiva
139composta por representantes do comitê e do consórcio PCJ. Informou que na CT de
140Planejamento do PCJ o assunto foi levado e pôde-se verificar de fato há necessidade de buscar
141caminhos ou alternativas para a efetivação deste desejo de todos. Uma pergunta é sempre
142formulada: “ Quanto vai custar todo o processo? Não esquecendo que os recursos da cobrança
143que são decorrentes de um instrumento de gestão que tem outras finalidades além do
144financiamento de obras. Outra dúvida ou pergunta formulada no âmbito do Comitê: “ Se os
145custos são razoáveis, quanto dos recursos da cobrança serão comprometidos com o processo?”
146No âmbito do Comitê ficou definido que irão serrar fileiras com a SRHU e ANA na busca de
147alternativas para atingir os objetivos , dispondo-se, inclusive, com a criação de um GT
148específico para tratar do assunto. Relatou que no ano passado as tratativas ocorridas não foram
149otimistas, mas agora, com a ajuda da SRHU e ANA, aliadas à disposição da CEF o ânimo
150voltou, podendo, portanto, contar com o Comitê no desenvolvimento do processo. Finalizando,
151deu algumas informações a respeito do FEHIDRO com respeito aos recursos da cobrança,
152instituído há pouco tempo nos rios de domínio dos Estado, os quais estão sendo depositados em
153contas específicas. Complementando, o **Sr. Francisco Lahós - Consórcios** disse acreditar que,
154devido às regras e procedimentos de cada agente, a viabilidade à época em que fizeram as

155primeiras tratativas, ficou comprometida. Comentou, ainda, que os recursos da cobrança são
156suficientes apenas para responder por 10% dos recursos necessários ao atendimento das
157demandas contidas nos planos de bacia. Sugeriu que recursos da cobrança sejam também
158utilizados para viabilizar a alimentação de bancos de projetos factíveis a serem financiados por
159outras linhas de crédito. Continuando, o **Sr. Luiz R. Moretti – Comitês** registrou que há
160necessidade de se estimular a implantação de projetos privados com taxas de juros mais atrativas,
161atualmente o FEHIDRO, devido à Lei de responsabilidade Fiscal, não é possível esta operação.
162Por oportuno aproveitou a oportunidade para lembrar que conforme resolução CNRH nº 58 de
16328/11/05, as metodologias e critérios estabelecidos para a cobrança no PCJ tem validade até o
164dia 5/10/07. Diante desta conjuntura, comunicou que uma nova proposta está sendo preparada
165pelo Comitê e deve ser enviada em breve para análise, aprovação e encaminhamento à plenária
166do CNRH. Em seguida, a representante do **CEIVAP, Sra. Maria Aparecida Vargas**, iniciou
167suas ponderações, dizendo que tem as mesmas ansiedades e inseguranças manifestadas pelo Sr.
168Moretti. Sobre as colocações anteriores a respeito de redução do n.º de CTs no CEIVAP, disse
169ser isso decorrente da existência da AGEVAP que assumiu funções anteriormente exercidas por
170CTs. Mencionou aspectos sobre o conteúdo do novo contrato de gestão entre CEIVAP/AGEVAP
171e ANA no qual há mais garantias para a implementação de ações na bacia, mesmo com a
172ausência da AGEVAP neste caso, a ANA assumiria aquelas responsabilidades. Foi dito ainda
173que total de recursos investidos na Bacia, 44% são efetivamente da cobrança, o restante foi
174oriundo do PRODES e de contra partida, portando os recursos da cobrança já estão hoje
175alavancando outros recursos, era uma meta do próprio CEIVAP. Enfatizou que conta com a
176CTCOB para se encontrar algum atrativo que permita a adesão das entidades financeiras, pois
177acredita que a quantidade de recursos da cobrança, atualmente disponíveis não são atrativos.
178Paralelamente, abordou a necessidade de aprofundamento da questão; “os recursos da cobrança,
179são públicos ou privados?” entende a Secretária Executiva do CEIVAP que se deve deixar de
180pensar que os recursos da cobrança são públicos, porque, realmente, eles deveriam ser privados,
181assim todas as transações seriam mais facilmente executadas. A **Sra Eliane Barbosa,-**
182**AGEVAP** lembrou que o objetivo da arrecadação dos recursos da cobrança é de ser a cada
183período reduzida, o atingimento dos objetivos de gestão, resultam na redução da arrecadação.
184Disse ainda que, para concluir todas as intervenções previstas no plano de bacia ao longo de 17
185anos e tornar a bacia recuperada, são necessárias inversões de R\$250 mi anuais. Hoje 70% dos
186recursos arrecadados estão sendo aplicados no saneamento e surge a pergunta: - “o saneamento
187deveria continuar sendo financiado pela cobrança?” Entende a Sra Eliane que tem faltado ao
188gestor público maior sensibilidade, articulação e visão para perceber detalhes importantes
189contidos nos planos de bacias, ao alocar recursos de outras fontes para intervenções na bacia.
190Lamentou o fato da bacia não ter apoio de nenhum fundo de recurso hídrico, como ocorre em
191São Paulo com o FEHIDRO. Questiona a razão por que o DAEE/SP não apóia o CEIVAP como
192o faz com o PCJ. Sobre os planos de Bacia, é de opinião que os mesmos deveriam ser “a
193Bíblia”, porque contém os investimentos a serem feitos ao longo dos anos e não tiver o devido
194apoio, este plano se perderá. . Sobre indicadores, manifestou a dificuldade de estabelecê-los
195justamente devido ao passivo do setor de saneamento para com a bacia que está sendo
196financiado hoje, em grande parte, com os recursos da cobrança. Finalizou, dizendo que
197revitalização de bacia hidrográfica entende-se, integração de políticas públicas, e ainda, a
198definição da natureza jurídica dos recursos da cobrança é fundamental para desencadear qualquer
199processo de alavancagem de recursos financeiros junto a entidades bancárias. O **Conselheiro**
200**João Climaco** manifestou que, infelizmente, não participa da CTCOB, reconhece que a cobrança
201é fundamental e tem desafios a serem superados, além da cobrança, outras visões políticas
202devem ser adotadas para o sucesso na implementação da Política de Recursos Hídricos. Pediu
203permissão para abordar um assunto fora de pauta, relacionado às dificuldades de
204relacionamento entre a entidade representada por ele e o CEIVAP/AGEVAP, devido ao não
205atendimento, até o momento, de informações solicitadas. Afirmou que irá obstruir matérias
206oriundas do comitê, caso não venha a receber as informações solicitadas. A **Sra. Maria**

207 **Aparecida Vargas - CEIVAP** explicou o tipo de informações solicitadas, todas disponíveis no
208 site do comitê, e em folders impressos; disse que, por decisão da plenária do Comitê, o não
209 atendimento do pedido de informações só não ocorreu porque o Sr. João Climaco solicitou como
210 conselheiro do CNRH, entende o comitê que neste caso, só atenderá a solicitação, se esta vier do
211 próprio CNRH. O **Sr. Wilson Azevedo Filho,- Lazer e Turismo,-** comentou que foram ricas as
212 manifestações que permitiram que viessem à baila os grandes problemas para a implantação da
213 política de Recursos Hídricos. Fazendo uma analogia, lembrou que em Brasília, prefeituras de
214 entre quadras que recebem parques recursos dos moradores, utilizam estes recursos em melhorias
215 das quadras que devem ser de responsabilidade do próprio governo. De maneira semelhante, os
216 parques recursos da cobrança estão sendo utilizados na sua quase totalidade para minimizar o
217 passivo ambiental do saneamento, cuja responsabilidade deveria ser totalmente dos governos.
218 Ponderou que empréstimos com lastro nos recursos da cobrança só serão possíveis, se o agente
219 financeiro vislumbrar lucro. O Sr. Rodrigo Speziali argumentou que é central dizer que o papel
220 da cobrança está longe de ser o instrumento econômico indutor para a mudança de atitude e
221 comportamento dos usuários da água. O que está se pensando é o “como dar sustentabilidade ao
222 sistema, como potencializar os recursos da cobrança”? Afirmou que o papel da SRHU e ANA é
223 correto e está sendo colocado de forma transparente. O **Sr. Luiz Fernando Arruda Gonçalves**
224 **- Concessionárias e autorizadas** - demonstrou preocupação, como representante dos usuários,
225 com a utilização dos recursos da cobrança com o saneamento, lembrou que outros usuários
226 também se sentem no direito de utilizá-los. O **Sr. Francisco C. C. Lahós – Consórcios** –
227 comentou sobre a atual destinação dos recursos da cobrança na bacia PCJ que possui hoje 11
228 câmaras técnicas. Explicou que na CT que decide os critérios para a destinação de recursos da
229 cobrança há um “lob” feito de forma organizada e planejada pelos representantes do saneamento,
230 que acaba alijando os demais setores do processo. A gestão participativa não está acontecendo de
231 fato por omissão de muitos setores ou da maioria dos setores. Comentou ainda que tem
232 percebido que nas Cts do Comitê PCJ tem ocorrido uma grande evasão da participação de setores
233 importantes como, por exemplo, as Universidades. Por outro lado, os setores que sempre saem
234 vitoriosos estão percebendo que esta evasão é decorrente da sua participação mais forte o que
235 não é salutar para o sistema. Recomendou que não se deve intimidar com estes fatos, porque há
236 necessidade que se avance, porque o sistema é novo. Concordando em parte com o que foi dito,
237 o Sr. Wilson Azevedo Filho- Lazer e Turismo - complementou, dizendo que a gestão está sendo
238 participativa, só que alguns setores mais organizados, estão predominando sempre sobre os
239 demais, como ocorre também no CNRH. O **Sr. José Lavrador – Prest. Água e Esgoto** -
240 ponderou que é claro que se sabe que os recursos da cobrança não irão resolver todos os
241 problemas da Bacia. No caso do saneamento, a solução não passa pela cobrança, mas como o
242 principal problema das bacias está sempre relacionado à qualidade da água e conseqüentemente
243 ao saneamento, caberá aos comitês buscarem a solução para aquele problema. Comentou ainda
244 que o saneamento não pode ser colocado como o vilão nesta CT, e que tem ido às duas bacias
245 pleitear recursos porque é o seu setor o maior pagador. A **Sra. Laura Stela. Naliato Perez -**
246 **Conselhos Rio de Janeiro/ São Paulo** informou que a partir de julho de 2007 se iniciou a
247 cobrança nos rios de domínio do Estado de São Paulo, inclusive, aqueles das bacias PCJ. Foi dito
248 que, em São Paulo, os Comitê é que indicam como devem ser destinados os recursos, pretendem,
249 inclusive, rever os critérios do FEHIDRO, destinando 50% dos recursos para demandas
250 induzidas e 50% para demandas espontâneas. Em termos de participação da sociedade civil, o
251 Estado está promovendo cursos de capacitação à distância para preparar pessoas a participar dos
252 comitês de bacias. O **Sr. Hubert Brant Moraes – Prest. Água e Esgoto-** concordou com o que
253 foi dito pelo Sr. Lavrador e complementou: “- Para ficar claro, após 20 anos, foi promulgada a
254 nova política nacional de saneamento básico, inclusive a previsão de participação do setor
255 privado nos recursos a serem alocados” e ainda “Apenas 0,2% do PIB nacional tem sido alocado
256 no saneamento nos últimos anos e se quisermos universalizar os serviços de saneamento há
257 necessidade de aplicação de pelo menos 0,6% do PIB.” Informou ainda o Sr. Hubert que há
258 previsão de alocação pelo PAC de R\$ 40 bi para resgatar demandas já existentes de

259 investimentos. Propôs, ao final, que sejam abertas as portas para a integração das políticas
260 públicas e se colocou à disposição para ajudar. **O Conselheiro Dalto Favero - Consórcios**,
261 noticiou que os municípios das Bacias PCJ elevaram o índice de tratamento de esgotos de 4%
262 para 40% ao longo dos últimos anos. Reconhece que os recursos disponíveis do FEHIDRO não
263 são suficientes para atender a todos os comitês, agora com os recursos da cobrança, há até
264 previsão para o financiamento da iniciativa privada. Comentou ainda sobre as diversas ações do
265 Consórcio PCJ no sentido de socializar informações relacionadas à tomada de recursos para
266 todos os setores, inclusive os privados. **O Conselheiro João Climaco - ONGs** lembrou que há
267 necessidade que os representantes do saneamento, politizados, ideológicos e corporativos que
268 são, devam se esforçar mais para entender e participar, de fato, da gestão integrada dos recursos
269 hídricos e seus novos paradigmas. O Sr. Francisco Lahós - Consórcios registrou que não emitiu
270 opinião a respeito do saneamento como vilão. Noticiou que, estimulados pela ANA, será
271 formulado um novo plano de bacia para o período programático 2008/2020, com enquadramento
272 dos corpos de água, o que permitirá uma melhor alocação dos recursos. **O Sr. Wilson Azevedo**
273 **Filho - Lazer e Turismo** emitiu sua opinião sobre o PAC como o instrumento de integração de
274 políticas e completou, dizendo que também o CNRH seria o local ideal para a promoção da
275 integração destas políticas. **O Presidente da CTCOB, Sr. Rodrigo Speziali - MMA/SRHU**,
276 concluiu, alegando que, pelo que foi dito, devem continuar os esforços e negociações junto à
277 CEF na tentativa de obtenção de recursos financeiros, utilizando os recursos da cobrança como
278 garantia de futuros empréstimos. **Item 2- Informes e aprovação da Ata da 51ª reunião da**
279 **CTCOB; - O Presidente da CTCOB** anunciou que a próxima reunião da CT seria realizada,
280 como previsto, em Foz do Iguaçu junto ao IX encontro de Comitê nos dias 25 e 26/10. Em
281 termos da pauta para a reunião, foi informado sobre a disposição do CTHIDRO em patrocinar a
282 ida de coordenadores de pesquisa de projetos que tratam da Cobrança, se concretizado for, as
283 apresentações ocorrerão nas manhãs dos dias 25 e 26 para não atrapalhar as seções plenárias do
284 próprio evento. Outros temas poderão, naquela oportunidade, serem abordados com a nova
285 proposta de metodologia de cobrança no PCJ, indicadores da efetividade da cobrança, sugerida
286 pelo Sr. Eduardo Cadavid, e proposta de resolução de autoria do **Conselheiro João Climaco**. Foi
287 anunciado também que a última reunião da CTCOB do ano deverá ocorrer entre os dias 25 a 30
288/11, junto ao encontro anual da ABRH. Sobre a consulta feita a ANEEL, ANA e MME sobre a
289 isenção do pagamento pelo uso das águas pelas PCHs, retornos foram dados pela ANA e MME.
290 A agência comunicou que: “tem envidado esforços contínuos para a harmonização do
291 entendimento por eles esposado e que já havia sido corroborado pela ANEEL”. O MME, por
292 outro lado, entende que os valores a serem pagos referentes aos 0,75% da energia gerada, por
293 estarem na lei como compensação financeira, isenta as PCHS deste ônus. Ficou explícito
294 literalmente no ofício n.º 1.544/SE-MME de 8/8/2007: “isso posto, pode-se concluir que as
295 pequenas usinas hidrelétricas com capacidade até 10.000kw e as de capacidade entre 1000kw e
296 30.000kw, todas inclusas no conceito de PCHs, estão isentas do pagamento da compensação
297 financeira e, conseqüentemente, do pagamento pelo uso de recurso hídrico”. Finalmente, foi
298 anunciado pelo **Sr. Rodrigo Speziali - SRHU** que o Secretário Executivo do CNRH, Luciano
299 Zica, está com audiência marcada com o ministro das Minas e Energia para tratar deste tema.
300 Finalmente, foram dados os dois últimos informes: o primeiro foi relacionado a um convite que a
301 CTCOB recebeu para apresentar sua estratégia de trabalho ou seu plano de trabalho em uma
302 reunião plenária do CNRH, nesta oportunidade será apresentado também o desejo da CTCOB de
303 realizar proximamente um seminário sobre o tema Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos. O
304 segundo informe final foi relacionado ao seminário “Experiências em Gestão dos Recursos
305 Hídricos por Bacia Hidrográfica”, organizado pelo Consórcio PCJ, a ser realizado nos dias 3 a
306/12/07 em Águas de São Pedro - SP. Complementando, o Sr. Sérgio Gustavo Leal - CERH
307 ES/MG comunicou que no próximo dia 28/10 será realizada reunião do CERH/MG na qual será
308 aprovada a entidade a ser equiparada à AGEVAP para os rios de domínio do Estado na Bacia do
309 Rio Paraíba do Sul. Em seguida, foi aprovada a ata da 51.ª reunião com algumas emendas,
310 encaminhadas pelo **Sr. Wilson Azevedo Filho - Lazer e Turismo**. **Item 3 - Desdobramentos e**

311encaminhamentos decorrentes da Resolução CNRH n.º 70, de 19 de março de 2007 e n.º 71 de
31214 de junho de 2007. Relato dos resultados da 1.ª e 2.ª reuniões do GTAAC/07; Coube a **Sra.**
313**Valéria A. Lopes de Faria - Concessionárias** - fazer breve relato do que se analisou e
314encaminhou durante as duas reuniões já realizadas do GTAAC-2007. Inicialmente, foi explicado
315a origem do GT, decorrente da Resolução n.º 70 do CNRH, da sua composição e de sua
316estratégia de trabalho, dependente de informações oriundas da ANA e da cronologia estabelecida
317em função da aprovação da LDO e LOA respectivamente. Foi relatado que serão preparados pelo
318GT dois relatórios de conformidade por ano. O primeiro seria elaborado e apresentado entre os
319meses de março e abril, uma análise do PLOA e da execução orçamentária da ANA no ano
320anterior; o segundo seria apresentado durante os meses de outubro/ novembro, contendo a
321Proposta Orçamentária da ANA para o ano seguinte e a execução orçamentária parcial do
322mesmo ano. Foi tratado ainda durante as reuniões do GT dos aspectos inerentes à coleta de
323informações oriundas dos Comitês para o estabelecimento das prioridades anuais. Neste aspecto,
324comentou a relatora do GT que há necessidade de se propor uma revisão da Resolução CNRH n.º
32570/2007 nos aspectos relativos à cronologia de coleta da informação, dando prazos mais amplos
326para comitês e CERH, bem como sugerir ao CNRH que as prioridades a serem estabelecidas o
327sejam para dois anos e não para um ano como atualmente. Para tanto, será preparada uma
328proposta de resolução com estas alterações propostas a ser levada à plenária do CNRH ainda em
329Dezembro de 2007. Foi sugerido, ainda, que no ofício de encaminhamento seja encaminhado
330como anexo, algumas notas explicativas e objetivas com o intuito de melhor sistematizar as
331informações a serem enviadas à ANA. Em seguida, como prometido na reunião anterior, a **Sra.**
332**Valéria A. Lopes de Faria - Concessionárias** – apresentou a palestra anexa sobre compensação
333financeira conforme artigo 20 parágrafo 1.º da Constituição Federal, regulamentada pelas Leis
3347.990, de 28/12/1989 e Lei 8.001, de 13/03/1990. Informou a relatora do GT que outras leis,
335decretos e resoluções da ANEEL definem os beneficiários e regulamenta a arrecadação e a
336distribuição da Compensação Financeira pela Utilização do Recursos Hídricos – CFURH. Foi
337informado, ainda, a respeito dos *royaltes* de Itaipu, regulamentado por um tratado
338Brasil/Paraguai, sobre a Tarifa Atualizada de Referência- TAR utilizada no cálculo da CFURH.
339Em termos gerais, maiores detalhes encontram-se na palestra anexa, a compensação financeira
340corresponde a 6,75% dos valores decorrentes da energia elétrica gerada no país, o que
341correspondeu em 2006 a R\$1,10 bi com previsão de R\$1,24bi para 2007. Deste total, como
342pagamento pelo uso da água são disponibilizados 0,75% que corresponderam a R\$122 mi em
3432006 e R\$138 mi em 2007, estes recursos deveriam ser encaminhados à ANA para a
344implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos. Registra-se que deste total em 2007
345cerca de 60% devem ser contingenciados, e que há uma previsão que em 2008, 43% devem-se
346tornar reserva de contingência. O Sr. Rodrigo Speziali, após agradecer e parabenizar a Sr.
347Valéria pela apresentação, possibilitou aos demais membros da CT que tirassem suas dúvidas, o
348que ocorreu sem maiores problemas. Em seguida, iniciou-se o **Item 5 – Informações a respeito**
349**da LOA e LDO,- Por Solange Cardoso- SOF/MPO**, após justificar a ausência da Sra. Solange, o
350**Sr. Carlos César Rocha - MP/SOF** apresentou a palestra anexa, abordando as questões
351inerentes aos processos orçamentários, em especial os recursos da Cobrança Condominial,
352apropriados à fonte 116 do orçamento geral da União. Como fundamental explicou o Sr. Carlos
353César aspectos a respeito da Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO que fornece as diretrizes para
354aplicação dos recursos públicos, orientando a Lei Orçamentária Anual-LOA, estabelecendo
355metas e prioridades. A LOA é elaborada de abril a agosto, explicitando inclusive a reserva de
356contingência. Explicou o técnico da Secretaria de Orçamento Federal - SOF, do Ministério do
357Planejamento, que há todo um processo de elaboração do orçamento anual que vai do executivo
358ao Congresso e este novamente para o governo para aprovação e sanção da LOA, após decreto
359específico para a execução efetiva. A respeito especificamente da fonte 116, assegurou o técnico
360que na atual conjuntura, com o respaldo legal existente fornecido pela Lei 10.881, há total
361segurança para que os recursos retornem integralmente para as bacias que os arrecadaram através
362das entidades delegatárias. Encerrada a apresentação, foram feitos os esclarecimentos

363necessários, inclusive sobre a fonte, contingenciável 134. Encerrados os debates, o Sr. Rodrigo
364Speziali agradeceu a presença dos membros e convidados da CTCOB e em especial agradeceu
365ao Sr. Carlos César Rocha pela apresentação e pela presença. Em seguida, encerrou a reunião às
36617h20.

367

368

369

370

371

372Ata aprovada na 53.ª Reunião da CTCOB, realizada no dia 25 de outubro de 2007

373

374

375**Rodrigo Speziali de Carvalho**

376Presidente da CTCOB

377

378

379

Ednaldo Mesquita Carvalho

Relator da CTCOB